

22/08/2016 - Telesíntese

Oi investe R\$ 293 milhões na região Sul no primeiro semestre de 2016

Investimentos na região são 13% superiores ao de 2015. Empresa ampliou ou modernizou 160 sites e instalou mais 72.



A Oi anunciou hoje, 19, que investiu mais de R\$ 293 milhões na Região Sul no primeiro semestre de 2016. O investimento é 13% superior ao de 2015 no mesmo período. A operadora está priorizando investimentos em suas redes de telecomunicações como uma das estratégias do plano de transformação operacional da companhia para melhoria da qualidade do serviço aos clientes em todas as regiões.

No período foram ampliados ou modernizados 160 sites de telefonia móvel e 72 novos sites foram implantados na região. A companhia também instalou 18.360 novas portas para o serviço de banda larga

fixa. Sites são locais onde ficam as antenas que realizam a transmissão do sinal do serviço móvel.

Na Região Sul, a Oi oferece cobertura 4G nas cidades de Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão (Rio Grande do Sul), Blumenau, Florianópolis, Joinville e São José (Santa Catarina), Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais (Paraná). A operadora tem aproximadamente 13 milhões de clientes na telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura nestes estados. (Com assessoria de imprensa)



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

22/08/2016 - Vermelho

“Jamais vou jogar a toalha”, afirma Dilma em entrevista ao SBT

A presidenta Dilma Rousseff concedeu entrevista ao jornalista Roberto Cabrini, do Conexão Repórter, neste domingo (21). Apesar do jornalista parecer mais um inquisidor, Dilma não se intimidou. Denunciou o golpe contra o seu mandato por meio do processo de impeachment, da traição do interino Michel Temer e da perseguição judicial ao ex-presidente Lula, entre outros temas.

Numa edição truncada e cheia de mensagens subliminares, a fala da presidenta revelava a contradição da matéria. “Não tenho a menor intenção de renunciar. Não dou esse presente a eles”, disse Dilma, ao ser questionada sobre a hipótese de renúncia. “Jamais vou jogar a toalha”, reforçou.

Dilma também reafirmou que o processo de impeachment que enfrenta no Senado é um golpe de Estado. “Sou vítima de um julgamento fraudulento, que

tem como objetivo fazer uma eleição indireta”, disse ela, lembrando que seus antecessores também cometeram as chamadas pedaladas fiscais. “Ou é crime para todo mundo ou não é para ninguém”, afirmou.

Ela enfatizou que o processo só ocorre por interesses de grupos que, como revelou o senador Romero Jucá (PMDB-RR) em gravações feitas por delator, querem barrar as investigações da Lava Jato.

Dilma também disse que Temer traiu não apenas a ela, mas os eleitores. “Temer não foi eleito para fazer o que está fazendo. Foi eleito com o meu programa de governo.”

Sobre as ilações da mídia e de adversários políticos que tentam associar o seu governo aos esquemas de corrupção, Dilma foi enfática: “Não tenho responsabilidade nenhuma se um funcionário da Petrobras resolveu ser corrupto”.

22/08/2016 - Vermelho

A tal da reforma trabalhista é inconstitucional, diz juiz do Trabalho

Em artigo publicado no Justificando, o juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de São Carlos, Renato da Fonseca Janon, afirma que a proposta do presidente provisório Michel Temer (PMDB) de reforma trabalhista viola “por qualquer ângulo que se examine a questão, os direitos trabalhistas previstos” na Constituição e, portanto, “não podem ser suprimidos – nem mitigados” porque a Constituição “não se admite o retrocesso do avanço social”. Confira a íntegra do artigo.

As propostas de reforma trabalhista que tramitam no Congresso Nacional, pretendendo a supressão de direitos dos trabalhadores, além de temerárias, são manifestamente inconstitucionais. Primeiro, porque os direitos sociais previstos no art. 7º da CF constituem cláusula pétreia e, portanto, não podem ser abolidos nem reduzidos por emenda constitucional. Segundo, porque a supressão de direitos trabalhistas também afrontaria o princípio que veda o retrocesso de avanços sociais.

O art. 60, § 4º, do Estatuto Supremo de 1988 esta-

belece que “ não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir, entre outros, 'os direitos e garantias individuais' ”.

Como ensina José Afonso da Silva, “o texto não proíbe apenas emendas que expressamente declarem: 'fica abolida a Federação ou a forma federativa de Estado', 'fica abolido o voto direto...’, ...passa a vigorar a concentração de Poderes’”, ou ainda 'fica extinta a liberdade religiosa, ou de comunicação..., ou o habeas corpus, o mandado de segurança...’. A vedação atinge a pretensão de modificar qualquer elemento conceitual da Federação, ou do voto direto, ou indiretamente restringir a liberdade religiosa, ou de comunicação ou outro direito e garantia individual; basta que a proposta de emenda se encaminhe ou ainda que remotamente, 'tenda' (emendas tendentes, diz o texto) para a sua abolição” [1].

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/285315-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/082016 - Vermelho

Com medo de 2018, PSDB ataca Meirelles e expõe racha no golpe

Mais que garantir o compromisso de Michel Temer com a pauta do PSDB de ajuste e corte de direitos sociais, o jantar de Michel Temer com tucanos, na última quarta (16), teve como centro as eleições. Os principais líderes da legenda foram ao interino para cobrar também que ele barre pretensões de Henrique Meirelles de chegar ao Planalto. Uma eventual candidatura do ministro da Fazenda tem aterrorizado os tucanos, que o acusam de fazer concessões nas medidas de austeridade, de olho em 2018.

Explicitando o racha no ninho golpista, os dirigentes do PSDB pressionaram para que Meirelles restrinja sua atuação à economia. Para eles, o ministro tem flexibilizado algumas medidas duras e extremamente impopulares, por motivos eleitoreiros. Estaria em busca de se viabilizar como uma alternativa eleitoral fora dos quadros já manjados do PSDB e PMDB.

Nesse sentido, a cobrança tucana de que é preciso rigor na implementação do ajuste fiscal esconde – embora nem tanto – a intenção de também desgastar Meirelles. O discurso da preocupação com equilíbrio das contas cai por terra também ao se constatar que parlamentares do PSDB deram seu apoio às “benesses” que o presidente aprovou no Congresso.

Mas, se havia dúvidas sobre as desconfianças em relação ao titular da Fazenda, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) tratou de eliminá-las. “O ministro Meirelles tem todo nosso apoio e simpatia. Mas deixa o Meirelles cuidando da economia e deixa o núcleo político cuidando da política, sem deixar 2018 contaminar o ajuste que tem que ser feito”, cobrou Tasso, de acordo com O Globo.

O cenário ideal desenhado pelos tucanos previa que, após o golpe, o governo interino trataria de aplicar as medidas mais duras e impopulares do receituário neoliberal e, em 2018, eles próprios – sem o peso de serem os autores diretos de tais maldades – teriam o caminho livre para tentar voltar ao poder, em teoria, com uma economia já estabilizada. Por isso, líderes do partido têm feito reiteradas cobranças de que o próprio Temer deixe claro que não disputará a eleição.

O fato é que, vendo em Meirelles um possível adversário, o PSDB tem tratado de minar o seu trabalho, com críticas à condução da área econômica – não pelo seu caráter antipovo, antinacional e incapaz de retomar o crescimento, mas exatamente por considerar que têm sido feitas muitas concessões. A atitude dos tucanos expõe a fragilidade da aliança construída para o golpe sobre a base do fisiologismo e dos interesses pessoais.

Os ataques se acentuaram após Meirelles voltar atrás e decidir modificar o texto do projeto de lei complementar 257/2016, que trata da renegociação da dívida dos Estados e do Distrito Federal. O governo abdicou da exigência de que os Estados não poderiam conceder reajustes salariais aos seus servidores por dois anos.

A insatisfação tucana – e consequente pressão por rigor num ajuste ‘doa a quem doer’ – permeia inclusive um documento divulgado pelo Instituto Teotônio Vilela, do PSDB. No texto, a entidade lamenta que o governo tenha tido que fazer concessões e defende que não podem mais haver recuos no ajuste fiscal. “É preciso fazer as escolhas que não são fáceis, mas são necessárias”, diz.

As críticas ao ministro têm gerado desconforto. O secretário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, Moreira Franco, chegou a sair em defesa de Meirelles. Para ele, o colega é vítima de “manipulação eleitoral”.

“Os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula tiveram ministros fortes na área econômica. Já (José) Sarney e Dilma (Rousseff) tiveram ministros fracos. A experiência mostra que não é recomendável transformar o ministro da economia em vítima de manipulação eleitoral”, disse, de acordo com O Estado de S. Paulo. E completou: “Diante da gravidade da situação, é muito pouco recomendável qualquer tentativa de enfraquecimento do ministro Meirelles.”

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/285252-1>

20/08/2016 - RBA

Com Temer, "Minha Casa, Minha Vida" abandona famílias de renda mais baixa

Em 100 dias de governo interino, especialistas e movimentos sociais denunciam redução drástica no orçamento para políticas urbanas, desaceleração do crédito habitacional e criminalização de protetos

Os 100 dias de governo interino de Michel Temer deixam duras marcas nas políticas que garantem direito à cidade e habitação, avaliam movimentos sociais e especialistas no tema. Entre os retrocessos apontados, destaca-se

a suspensão do Minha Casa Minha Vida, principal programa habitacional do país, para as faixas de renda mais baixa, a redução drástica de orçamento para desenvolvimento urbano, a desaceleração do crédito habitacional e a criminalização dos movimentos sociais.

O presidente interino contratou a construção de moradias pelo Minha Casa Minha Vida apenas para as famílias com renda entre R\$ 2.351 e R\$ 6.500 (equivalente às faixas dois e três do programa). A regra vale também na modalidade chamada Entidades, na qual associações ligadas a movimentos sociais são inteiramente responsáveis pelo projeto, seguindo um modelo criado pela presidenta Dilma Rousseff. Durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma a faixa de renda um, de até R\$ 1.800, foi a mais contemplada.

"Atualmente, quase 90% do déficit habitacional do país está nas famílias com renda equivalente à faixa um, que é a mais vulnerável. Qualquer aprofundamento na situação econômica pode fazer com que as



Quase 90% do déficit habitacional do país está nas famílias com renda até R\$ 1,8 mil

pessoas nessa faixa caíam em uma situação de vulnerabilidade que pode ser irreversível. Ela vai para a rua e é difícil voltar", afirmou o urbanista Anderson Kazuo Nakano, professor da Fundação Getúlio Vargas.

Com a suspensão das faixas que atendem os mais pobres,

o Minha Casa Minha Vida deixará de incorporar R\$ 70 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) em três anos, até 2018, como estima a Frente Ampla de Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público pela Democracia, que produziu um relatório sobre o tema. Em 2016, o PIB da construção já registra retração equivalente de 7,6%. O total de empregos com carteira assinada é de 2,9 milhões de trabalhadores, semelhante ao do início de 2010.

"Esses 100 primeiros dias já demonstram que o governo Temer não tem preocupação em manter o programa que construiu o maior número de moradias para a população de baixa renda", criticou o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Josué Rocha. "Nada do que está previsto é para baixa renda, que deveria ser priorizada por uma política de Estado. Mas Temer optou pela contratação para faixas superiores. Isso mostra uma escolha."



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

O governo interino também não assumiu a meta da terceira fase do Minha Casa Minha Vida, que previa a construção de pelo menos 2 milhões de unidades habitacionais até 2018. Segundo o Ministério das Cidades, em 2016 devem ser contratadas 400 mil unidades das faixas dois e três. Além disso, Temer alterou as regras para cobrança das prestações dos imóveis do programa, inclusive para os contratos já assinados. Na prática essa mudança pode invalidar milhares de termos de adesão.

"Ministro das Cidades interino (Bruno Araújo) demonstra desconhecer o processo de produção social da moradia, com forte participação dos movimentos populares, conquista de mais de 30 anos de luta a partir da redemocratização pós ditadura", diz o relatório publicado pela Frente.

O Minha Casa Minha Vida foi lançado em 2009 como uma alternativa para acelerar o crescimento econômico em um momento de crise internacional, por meio da distribuição de fortes subsídios à construção de moradias para as camadas de renda mais baixa, valorizando a descentralização territorial dessas construções, que se espalharam pelas grandes e pequenas cidades do país.

O programa tenta enfrentar um déficit habitacional de mais de 5,4 milhões de casas no país. Até 30 de junho, o Minha Casa Minha Vida havia contratado 4.359.396 unidades habitacionais, das quais 2.926.381 já foram entregues (67,12% do total). Ao todo, pelo menos 11 milhões de pessoas foram beneficiadas pelo programa.

Muito além da moradia

Os retrocessos não se resumem às políticas de habitação. "O Ministério das Cidades foi criado para implantar uma ampla política nacional de desenvolvimento urbana, baseada em políticas de habitação, saneamento básico, mobilidade urbana e reordenamentos fundiários. Se nos basearmos nessa referência houve um retrocesso enorme nessa área. Antes do Temer já vinha se desenhando isso, agora temos um agravamento por conta da crise, mas sobretudo da

falta de prioridades do atual ministro das cidades", diz o urbanista Kazuo Nakano.

Temer prepara uma série de medidas para impedir a utilização de instrumentos de acesso à terra previstos no Estatuto das Cidades e em outras legislações específicas. Além disso, o governo interino não reconheceu o Conselho das Cidades e suas instâncias de participação, ignorando um modelo de gestão democrática das cidades. "O Ministério das Cidades tem tido pouquíssimo diálogo com a sociedade civil ligada a setores urbanos. Toda a estrutura está bastante opaca. Ao mesmo tempo os problemas das cidades não param de crescer", afirma Nakano.

Desde que foi aprovado o Estatuto da Cidade, em 2001, o processo de elaboração de políticas para a cidade tornou-se mais democrático e descentralizado. O governo federal passou a organizar conferências das cidades, que reuniam diversos segmentos do poder público e da sociedade civil para discutir políticas urbanas.

Outro ponto que chama a atenção é a redução de verba destinada ao ministério. "A paralisia aumentou porque não tem mais orçamento. No caso da habitação você percebe o retrocesso, porque tinha muito orçamento para o Minha Casa Minha Vida e agora não tem mais. As outras áreas tinham o mínimo de orçamento e agora não tem nenhum", avalia Nakano. "A gente sabe que a vida nas cidades não é só ter quatro paredes. A crise de mobilidade, por exemplo, exige políticas específicas. Saneamento básico e ambiental também."

No mesmo pacote veio a redução do crédito para aquisição de imóveis por meio dos bancos públicos e a criminalização dos movimentos sociais. "A escolha do ministro da Justiça (Alexandre de Moraes) já mostra qual vai ser a opção de Temer no trato com os movimentos sociais. Todas as declarações dele são no sentido de criminalizar os movimentos para restringir os protestos", diz o coordenador do MTST. "A redução nos gastos públicos em saúde e educação também será um problema grave para as cidades. Os serviços podem entrar em colapso", alerta.

17/08/2016 11:30 - Carta Maior

Além do impeachment, o golpe visa conter a democracia, destruir direitos dos trabalhadores e alienar a soberania do país

O golpe em curso não é só parlamentar, mas institucional. Ele envolve desde o empresariado, banqueiros, a grande mídia, setores do Judiciário e da PF.

A derrubada da presidente eleita por mais de 54 milhões de votos é uma parte necessária de um golpe Muito Maior que está em andamento no Brasil hoje. É um golpe para destruir os direitos so-



ciais que o povo brasileiro conquistou depois que derubou a ditadura. Para acabar com o regime político que se iniciou com a Constituição de 1988 e garantiu a eleição de líderes populares. Para impedir que futuros líderes comprometidos com o povo possam vir a ser eleitos não só para a presidência da república, mas também para os governos estaduais e para milhares de prefeituras pelo país afora.

A mudança do regime político que os golpistas pretendem implantar significa a revogação da eleição direta para cargos executivos. Ou seja, se o golpe se consumir, todo prefeito, governador e presidente da república terá uma espada sobre sua cabeça: se os donos do poder não gostarem de quem foi eleito, declaram que o vencedor cometeu alguma irregularidade ou não tem apoio político, e cassam seu mandato. Revogam a soberania popular expressa nas urnas. O voto do povo não terá mais valor e suas vozes serão caladas pela repressão policial e pela censura promovida pelos próprios meios de comunicação controlados

pelo grande capital.

Isso poderá ser feito em surdina, através da aplicação distorcida de dispositivos legais em vigor, como vem acontecendo há tempos, e de forma avassaladora no

ambiente criado pela operação Lava Jato. Mais adiante, quando as circunstâncias permitirem, a mudança assim produzida será consolidada em fórmulas jurídicas novas, muitas delas de natureza constitucional.

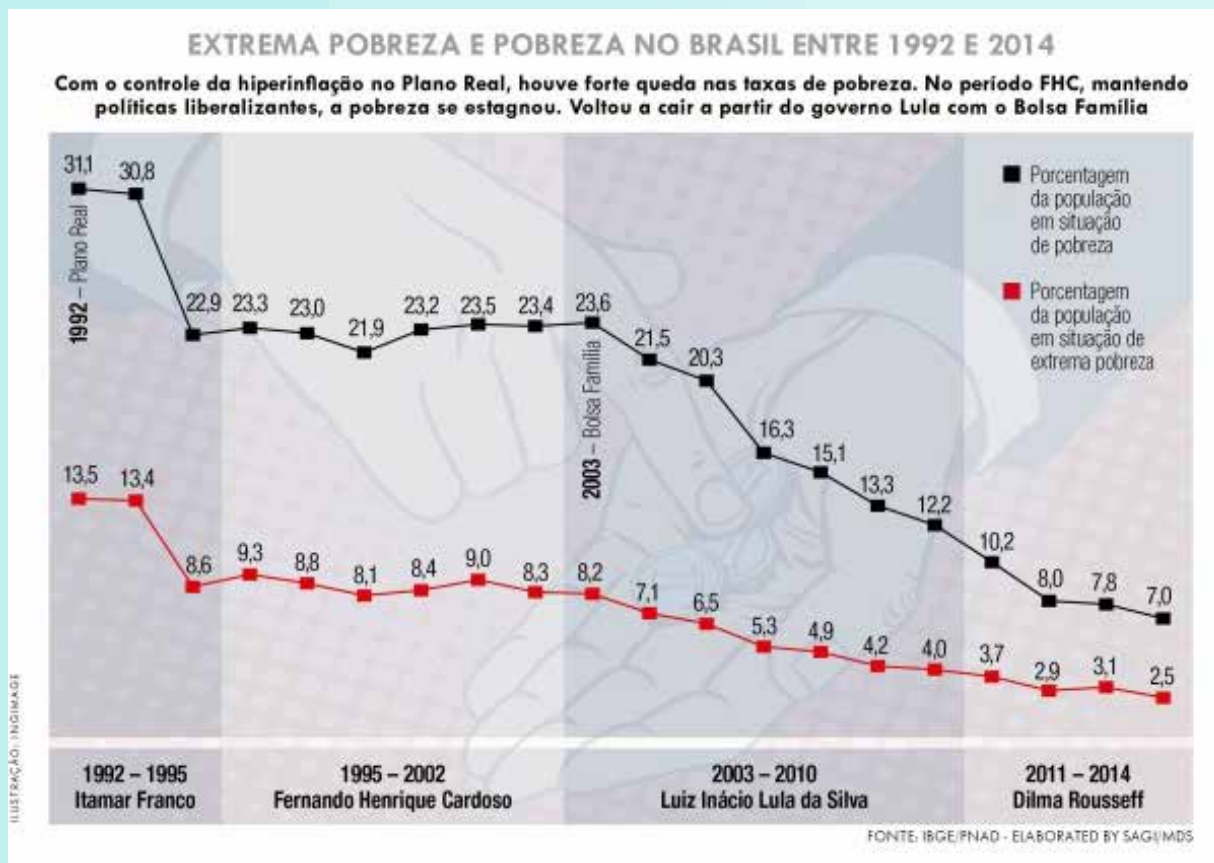
Os magos do regime em formação dão tratos à bola na busca da combinação perfeita de ingredientes conhecidos: parlamentarismo; voto distrital, não obrigatório; redução do tempo e restrições ao acesso à propaganda eleitoral gratuita; restauração do financiamento privado às campanhas. Podem não estar de acordo quanto a meios e modos exatos, mas estão firmemente unidos em torno do objetivo comum: ampliar as esferas de decisão "independentes", isto é, blindadas contra os controles democráticos, bloquear a participação popular, expulsar as grandes massas da vida política.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Alem-do-impeachment-o-golpe-visa-conter-a-democracia-destruir-direitos-dos-trabalhadores-e-alienar-a-soberania-do-pais/4/36634>

22/08/2016 - Altamiro Borges

Orçamento seletivo de Michel Temer



Há quase três meses no poder, o governo provisório decidiu adotar a lupa do equilíbrio das contas públicas para determinar suas prioridades. Esse caminho tem implicações importantes, não apenas em impactos econômicos. As consequências serão sentidas pela parcela mais vulnerável de brasileiros. São mudanças de recursos e acesso à Saúde e Educação - direitos sociais garantidos pela Constituição -, nas ações de combate à pobreza, segurança pública, segurança alimentar e agricultura familiar, entre outras.

A justificativa é uma retórica simplista que afirma que "a Constituição não cabe no Orçamento".

A tendência conservadora vai além das contas públicas e atravessa todos os ministérios, numa ofensiva (às vezes silenciosa) que se reflete em recuos nos direitos sociais e humanos. Para analisar esses efeitos, a equipe da ex-ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello, que comandou a pasta no governo Dilma Rousseff e é também uma das técnicas responsáveis pela concepção do Programa Bolsa Família, montou uma plataforma que tem como objetivo chamar a atenção para esses retrocessos. É o "Alerta

Social - Qual Direito Você Perdeu Hoje?", que detectou, até o final de julho, mais de 40 ameaças à área social. Cumpre o papel de registrar esses acontecimentos em uma linha do tempo. "Como a velocidade da desestruturação do Estado e do desmonte é muito grande, o 'Alerta Social' é uma ferramenta fundamental para contar a história da desorganização do Estado brasileiro", explica Campello.

A ferramenta é uma maneira de expor também sua opinião diante das tentativas de silenciar os ganhos sociais do governo Dilma. "Acho dramático que durante esse período, com tantas mudanças sociais, a imprensa tradicional não tenha me procurado para escutar o contraditório. Não existe a menor preocupação", revela a ex-ministra. "Não é necessário concordar com a minha opinião. Mas não sou só uma ex-ministra que comandou a área do desenvolvimento social por cinco anos, com reconhecimento no Brasil e no mundo. Fui também a técnica que estava na origem do trabalho do Bolsa Família. Desapareci, a história do Bolsa Família, de 14 anos, desapareceu. Isso é muito grave."



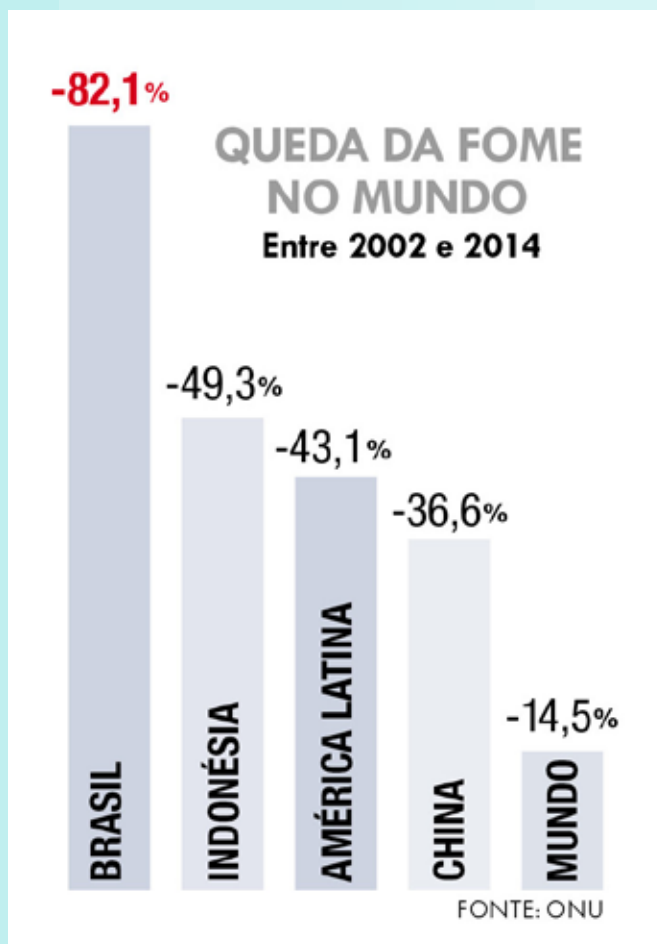
Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

É inquestionável o sucesso do programa Bolsa Família. Quando começou, em 2003, o Brasil tinha 23,6% de sua população em situação de pobreza e 8,2% em contexto de extrema pobreza (famílias com renda abaixo de R\$ 77 mensais por pessoa). Os dados mais recentes, de 2014, demonstram que a pobreza caiu a 7% e a extrema pobreza a 2,5% do total de brasileiros. Os que mais sentiram essas mudanças foram as crianças de até 5 anos.

Significa que 36 milhões de pessoas saíram da linha de extrema pobreza e entraram para o sistema de garantia de direitos do Estado: passaram a ter acesso à Saúde, Educação (condicionalidades para integrar o Bolsa Família), Assistência Social e alimentação. É muito mais que a transferência de renda e tem impactos amplos e profundos. Por exemplo, no primeiro semestre do ano passado, 5,5 milhões de crianças receberam atenção médica básica, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; a mortalidade infantil por desnutrição teve queda de 65% nos municípios onde o Bolsa Família mais se concentra, segundo a ONU; entre 2002 e 2014, a fome no Brasil diminuiu 82%, de acordo com o relatório O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015; o déficit de estatura, reflexo da desnutrição, das crianças beneficiárias do programa caiu pela metade, indica estudo dos ministérios da Saúde e Desenvolvimento Social com 360 mil crianças entre 2008 e 2012; cerca de 99% das mulheres inscritas no Bolsa Família recebem acompanhamento pré-natal. Com a melhora nas condições de vida, por volta de 3,1 milhões de famílias se desvincularam espontaneamente do programa.

Do ponto de vista da governança, o Bolsa Família também estabeleceu parâmetros complexos que correm o risco de ser desarticulados. Os programas



do governo eleito, de todos os ministérios, eram integrados e transversais. “Há, neste momento, uma tentativa de desmembrar e isolar as ações. Construímos um ambiente sofisticado de ação integrada entre Educação, Saúde e Assistência Social. E isso é muito fácil de desorganizar, desmontar, basta não estar mais atento e não valorizar esse trabalho”, alerta Campello.

Não é o Bolsa Família que pesa sobre o Orçamento da União. A dotação de R\$ 28,1 bilhões para o programa foi aprovada em agosto de 2015 por deputados e senadores. Esses gastos representam 0,46% do PIB do País ao ano.

Saúde e Educação

Movimentos recentes do governo Temer indicam que o que deve guiar os investimentos públicos será o congelamento do teto de gastos, Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241/2016) anunciada em 15 de junho pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. A medida será votada no Congresso e propõe congelar despesas em todas as áreas por 20 anos. Os gastos do ano seriam corrigidos pela inflação do ano anterior. Segundo Meirelles, caso não seja aprovada, haverá aumento de impostos.

As despesas em Saúde e Educação também seriam reguladas pela PEC. Para investir acima da inflação, o governo teria de remanejar recursos de outra área. “Haverá vinculação das despesas da saúde e educação a esse teto”, afirmou Meirelles. Atualmente, esses gastos da União são vinculados a percentuais mínimos da receita.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/08/orcamento-seletivo-de-michel-temer.html>